

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES	
Data da Reunião: 01/11/2024	
Hora início: 08:30	Hora fim: 09:19
Local: Reunião online – transmitida pela plataforma Microsoft Teams	
Município envolvido: Erval Velho / SC	
Assuntos: Alinhamento Plano de Ações Estratégicas e audiência pública.	



PARTICIPANTES			
NOME	ENTIDADE	TELEFONE OU E-MAIL	ASSINATURA
Guilherme Clamer Teles	PREFEITURA		
Camila	PREFEITURA		
Gesiane Heusser Lermen	CINCATARINA		
Luiz Gustavo Pavelski	CINCATARINA		
Matheus Bianchin	CINCATARINA		
Tainara Aparecida Xavier	CINCATARINA		

NOTAS DE REUNIÃO
<p>A reunião iniciou com a fala da senhora Gesiane H. informando que a reunião estava sendo gravada para posteriormente ser transcrita em ata. Inicialmente a senhora Gesiane H. questionou se foram realizadas considerações no Plano de Ações Estratégicas. O senhor Guilherme questionou sobre quais considerações. A senhora Gesiane H. esclareceu que no dia dois de junho de dois mil e vinte e três foi enviado para o município o Plano de Ações Estratégicas, para ser analisado e feitas as considerações necessárias, ainda ressaltou, que no dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e quatro foi reenviado o arquivo, e que até o momento a equipe do CINCATARINA não havia recebido nenhuma consideração. O senhor Guilherme questionou se no Plano de Ações está tratando sobre piso tátil também, o senhor Luiz G., respondeu que as regras para pisos táteis estão determinadas em legislações federais. O senhor Guilherme questionou sobre como deve proceder em casos em que a calçada mede um metro e cinquenta centímetros de largura e os mobiliários urbanos ocupam cerca de cinquenta centímetros da calçada. A senhora Gesiane H. esclareceu que o que for consolidado no Plano de Ações Estratégicas, não significa que vai ser alterado no momento, porém, se estiver previsto na Rota Acessível, o Ministério Público irá exigir que as adequações sejam executadas, devendo assim seguir o que está previsto no plano de rotas acessíveis. O senhor Guilherme questionou sobre lugares onde ainda não existem calçadas pavimentadas, apenas com pedra, questionou sobre qual será a recomendação a ser feita, caso futuramente o proprietário do terreno opte por executar a calçada. O senhor Luiz G., esclareceu que o trabalho realizado pela equipe do CINCATARINA para o município exigido pelo Ministério Público, seria traçar rotas acessíveis para alguns locais de importância e locais públicos do município, para que as pessoas com mobilidade reduzida consigam acessar esses locais com segurança. Ainda destacou, que as vias dessa rota deverão ser adequadas pelo município e que o Plano de Rotas Acessíveis não trata sobre calçadas que não estão na previstas inicialmente na Rota. O senhor Guilherme explanou que para chegar em alguns locais públicos, como por exemplo: a prefeitura, terá que se passar por terrenos de outros proprietários. O senhor Luiz G. esclareceu que deverão ser realizadas as adequações, conforme exigência do Ministério Público. O senhor Guilherme questionou como deverão ser feitas as adequações, se deverá ser com piso tátil no meio ou não. A senhora Gesiane H., esclareceu que deverá ser executada conforme a NBR dezesseis mil, quinhentos e trinta e sete que foi atualizada no ano de dois mil e vinte e quatro. O senhor Guilherme ainda questionou o que a norma prevê, a senhora Gesiane H., esclareceu que terá de fazer projeto para cada caso específico e o senhor Guilherme novamente questionou o que deve ser feito em casos de calçadas com um metro e cinquenta centímetros de largura com mobiliários ocupando sessenta centímetros da calçada. A senhora Gesiane H. questionou se do outro lado da via, a calçada está da mesma forma e o senhor Guilherme respondeu que sim. O senhor Luiz G. questionou em quais trechos da Rota proposta, as calçadas contam com o dimensionamento citado, o senhor Guilherme respondeu que em todos os trechos acontecem a mesma situação. O senhor Luiz G. questionou ainda, se todas as calçadas da cidade contam com largura de um metro e cinquenta centímetros e o senhor Guilherme respondeu que sim. A senhora Gesiane H., esclareceu que terá de ser feito o alargamento das calçadas, o senhor Guilherme questionou sobre as edificações e a senhora Gesiane H. destacou que o alargamento deve ser realizado para o lado da rua, tornando-a unidirecional ou retirando estacionamentos de um lado da via, para fazer o alargamento. O senhor Luiz G. comentou que em alguns casos, algumas vias ficarão sem estacionamento, podendo ser mantida as duas pistas de rolamento e alargando a calçada. A senhora Gesiane H. sugeriu opções de rua compartilhada e ainda destacou que no Plano de Ações Estratégicas constam sugestões de requalificações e exemplos de vias compartilhadas, mas que será específico do projeto de cada trecho da rota. O senhor Guilherme questionou se o Plano de Rotas Acessíveis é para definir quais ruas serão acessíveis e a</p>

senhora Gesiane H. respondeu que sim e ainda destacou que é um plano e não um projeto. O senhor Luiz G. esclareceu que o Ministério Público exigiu que o município apresentasse um plano, demonstrando que em alguns pontos específicos e que alguns lugares, as calçadas terão que ser adequadas para que as pessoas com mobilidade reduzida possam se deslocar com segurança, destacou ainda, que são pontos específicos, não são todas as ruas da cidade ou todo o centro. Comentou ainda, que se recorda que na rua da prefeitura o trânsito é bidirecional e com estacionamentos dos dois lados da via, o senhor Guilherme destacou que é apenas na frente da prefeitura e que adiante o caminho se encurta. Em seguida a senhora Gesiane H. apresentou a proposta de rotas acessíveis, esclarecendo que os trechos destacados na cor vermelha são trechos com prioridade um e os trechos destacados na cor laranja são de prioridade dois. O senhor Guilherme questionou sobre uma via que está demarcada como prioridade um, comentou que a rua possui sete metros de largura, com trânsito bidirecional e sem estacionamentos, a senhora Gesiane H. sugeriu que seja transformada em trânsito unidirecional para fazer o alargamento da calçada de um dos lados da via. O senhor Guilherme comentou que esse assunto deverá ser bem estudado para não gerar problemas para o município. A senhora Gesiane H. sugeriu formas para alterar o fluxo de deslocamentos, porém o senhor Luiz G. comentou que aumentaria o custo, visto que aumentaria o trajeto, o senhor Guilherme destacou que as adequações devem ser feitas com recursos da prefeitura e não pelos proprietários, o senhor Luiz G. destacou que justamente por se tratar de recursos da prefeitura, a ideia é fazer uma menor extensão possível. O senhor Guilherme destacou que a principal questão a ser avaliada é a interferência com as edificações, para não ter que demolir nenhuma edificação. O senhor Luiz G. esclareceu que o assunto é sobre as calçadas e se tiver que tirar espaço será da rua e não das edificações. O senhor Guilherme, destacou que na região do Meio Oeste do Estado, as ruas são estreitas e que diminuindo a sua largura, irá prejudicar a mobilidade dos veículos. O senhor Luiz G. esclareceu que a equipe do CINCATARINA entende a situação e ainda citou os municípios de Herval d'Oeste e Joaçaba, os quais também possuem ruas estreitas e com bastante inclinação, porém, os municípios estão tendo que se adaptar, ainda destacou, que deve ser prevista acessibilidade para os munícipes também, e não só para os veículos. A senhora Gesiane H. lembrou também que a prioridade será sempre do pedestre e não dos veículos. O senhor Guilherme respondeu que sim, porém, a teoria é diferente da realidade, ainda demonstrou sua preocupação em retirar os estacionamentos de algumas vias e os comerciantes começarem a reclamar. Em seguida, o senhor Luiz G. apresentou uma sugestão para a Rua Coronel Honorato Vieira, que de acordo com o senhor Guilherme, possui os nove metros de largura, o senhor Luiz G. sugeriu diminuir cinquenta centímetros de cada lado da via, sobrando oito metros para a pista de rolamento e aumentando em um metro a calçada, e destacou que existem questões que a norma técnica possibilita. O senhor Guilherme questionou se as larguras das vias foram levantadas em campo. A senhora Gesiane H. esclareceu que sim, foi realizado o levantamento e que existe a possibilidade de realizar as adequações, cabe ao projetista verificar a melhor solução para cada via. O senhor Luiz G. destacou que o conteúdo apresentado no Plano de Rotas Acessíveis, foram levantados em campo no Diagnóstico e tecnicamente é possível. A senhora Gesiane H. destacou que a equipe do CINCATARINA pode estar apresentando um modelo de requalificação, um modelo de via para o município, ainda destacou que as propostas apresentadas, foram levantadas em campo no diagnóstico e feita análise técnica para verificar a possibilidade de adequação. O senhor Guilherme questionou se nas ruas propostas terá que ser reduzida cinquenta centímetros, e se será só de um lado da via. A senhora Gesiane H. respondeu que sim, será só de um lado da via e que a largura dependerá da largura atual da via e da calçada. Esclareceu que pelo menos um lado da calçada tem que ser acessível, preferencialmente a calçada deve ser acessível do lado da instituição que será acessada e que se não for possível, deve ser disposto uma faixa de pedestre para que a pessoa consiga acessar o local. O senhor Guilherme mostrou com a câmera a situação que acontece em frente à prefeitura, destacou que a calçada conta com largura de um metro e cinquenta centímetros e que o mobiliário urbano ocupa cerca de sessenta centímetros da calçada, não sobrando espaço mínimo de um metro e vinte centímetros para a circulação, a senhora Gesiane H. esclareceu que deverá ser realizado o alargamento da calçada, excluindo as vagas de estacionamento em um lado da via. A senhora Tainara A. destacou que neste caso teria que diminuir quarenta centímetros da pista de rolamento, sendo vinte centímetros de cada lado da via, para possibilitar o aumento de quarenta centímetros na calçada. O senhor Guilherme questionou se terá que ser realocado o poste e a senhora Tainara respondeu que sim, deverá ser feita adequação do mobiliário. O senhor Luiz G. citou que será projeto específico de cada rua e ainda propôs a sugestão de fazer a exclusão do estacionamento em um dos lados da via, não sendo necessário modificar os mobiliários da calçada. O senhor Guilherme destacou que deve se ter uma noção antes de realizar os projetos, para que não seja realizado um projeto sem a possibilidade de ser executado. A senhora Gesiane H. esclareceu que a equipe técnica do CINCATARINA foi a campo durante a elaboração do Diagnóstico e viu que é possível de ser feito a adequação, e que não foi traçado nenhuma rota onde não exista a possibilidade de estar realizando as adequações. O senhor Luiz G. sugeriu para o município em transmitir para a população as alterações como algo benéfico para a sociedade, visto que ao ter calçadas mais largas, possibilita o deslocamento de pessoas cadeirantes, crianças, carrinho de bebê. E que todos os locais públicos poderão ser acessíveis por qualquer munícipe, usar esse argumento para conseguir apoio da população é essencial para aprovação do plano. Ainda destacou que em alguns locais serão perdidos estacionamentos, mas que pode ser benéfico para os comerciantes, pois com a calçada mais larga dependendo da legislação do município, o comerciante poderá usar a calçada para ajudar impulsionar seu comércio e esclareceu que existem possibilidades de passar a situação

para os moradores como algo bom e não apenas ver o lado negativo da situação. A senhora Camila lembrou uma situação em que foi alterado o sentido de uma via para unidirecional e com a reclamação de um morador, teve que se desfazer a alteração e voltar para o sistema anterior e ainda questionou o que fazer com as pessoas que não entendem. O senhor Guilherme questionou se o senhor Luiz G. já trabalhou em prefeitura, o senhor Luiz G. respondeu que sim, já trabalha a onze anos no setor público, sendo seis anos em prefeitura e cinco anos no CINCATARINA. O senhor Guilherme destacou que trabalhando na prefeitura a pressão não é só vender coisa boa, existe pressão e não se tem poder para resistir. O senhor Luiz G. comentou que quando trabalha em prefeitura, tentava sempre ver os dois lados da situação, e que tudo que a prefeitura fizer terão pessoas que vão reclamar e terão pessoas que vão apoiar e que o principal ponto é verificar o que vai beneficiar a maior parte da população. Também citou exemplo de um caso que ocorreu no município de Fraiburgo, no qual foram realizadas alterações nos estacionamentos na principal rua do centro da cidade e que no início houve muita revolta por parte de moradores e comerciantes, mas que foi mantida a decisão por ser o melhor para o coletivo e hoje a população elogia por ter melhorado o fluxo de veículos. Ainda citou outros exemplos que ocorrem com a necessidade de adequar o acesso a edificações comerciais para portadores de necessidades especiais que geraram transtornos e um alto custo para os comerciantes, mas que foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público e que o município deve cumprir. Comentou que a lei federal sempre vem exigindo coisas e entende-se que talvez não se aplicasse a todos os municípios, mas é lei, deve ser cumprida e o Ministério Público vem cobrando a sua execução como prioridade dois, não sendo executada inicialmente. Porém, a senhora Gesiane H. esclareceu que a rota acessível precisa ter uma continuidade, ter um fluxo; e o senhor Guilherme sugeriu que a pessoa ao seguir pela rota, chegasse no ponto da prefeitura e retornasse. O senhor Luiz G. exemplificou que para acessar o campo de futebol e a câmara de vereadores localizados na Rua Emílio Jacobe Hack o cadeirante teria que percorrer uma distância muito maior pelo fato de não haver a conectividade proposta anteriormente, e sugeriu para deixar essa conexão como uma prioridade dois. Pois seria mais fácil fazer esse percurso de carro e desviar por uma via unidirecional, do que fazer o percurso inverso de cadeira de rodas, ainda destacou que neste caso deve ser priorizado o cadeirante. O senhor Luiz G. sugeriu para continuar com a conectividade, transformar a Rua Carlos G. Pierdona unidirecional para que os ônibus possam passar e acessar a escola e para voltar da Rua Emílio Jacobe Hack, passaria para a Rua Ver. João Zuilio Zancanaro até sair na Rua Aurélio Piovesan. O senhor Guilherme comentou que a Rua Carlos G. Pierdona tem uma inclinação maior que o permitido para cadeirantes, a senhora Gesiane H. comentou que não deve pensar apenas no cadeirante, precisa considerar as outras deficiências também e questionou se esse trecho pode ser alterado para prioridade dois e o senhor Guilherme respondeu que acha que esse trecho não tem que estar incluso. A senhora Gesiane H. questionou se haveria alguma outra sugestão, e o senhor Luiz G. destacou que o material está disponível para o município se caso optarem por fazer algum outro ajuste. A senhora Gesiane H. sugeriu que o trecho seja incluso como uma conexão entre as rotas acessíveis, devido a declividade; o senhor Guilherme questionou quais exigências estão previstas para a conexão e a senhora Gesiane H. respondeu que deve ter a mesma estrutura das rotas acessíveis, o senhor Guilherme questionou se é obrigatório fazer ou não, e a senhora Gesiane H. respondeu que sim, é obrigatório o atendimento. O senhor Luiz G. questionou como é a estrutura da Rua Rivaldo Bitencourt, o senhor Guilherme respondeu que a rua é plana e com estacionamento dos dois lados da via. Senhor Luiz G. sugeriu seguir com o trecho da rota acessível da Rua Nereu Ramos até a conexão com a Rua Francisco Fatori e seguir pela Rua Rivaldo Bitencourt, neste caso, poderia retirar o trecho da Rua Carlos G. Pierdona, conforme o senhor Guilherme havia solicitado. O senhor Guilherme concordou, porém, depois de sair da Rua Francisco Fatori, seguir pela Travessa Fidêncio Antunes da Silva e depois seguir para a Rua Nereu Ramos. A senhora Gesiane H. destacou que dessa forma teria que fazer um trajeto grande para conseguir acessar a escola localizada na Rua Aurélio Piovesan, e o senhor Guilherme comentou que pode ser feita a ligação pela Rua Ângelo Piovesan. A senhora Gesiane H. perguntou se seriam essas as rotas finais e a senhora Camila e o senhor Guilherme responderam que sim. Também questionou se em relação aos outros materiais, o município teria algum apontamento, o senhor Guilherme comentou que não encontrou qual a altura exigida para o meio fio, a senhora Gesiane H. respondeu que a altura do meio fio não se enquadra no Plano de Rotas Acessíveis e sim no Plano Diretor. A senhora Camila também citou que na última reunião a senhora Juliane fez alguns apontamentos, nos apêndices solicitou para alterar o ano de dois mil e vinte e três para dois mil e vinte e cinco, a senhora Gesiane esclareceu que foi alterado e encaminhado para o município. A senhora Gesiane H. apresentou a ata da reunião anterior, onde citava quais eram os próximos passos, sendo os próximos passos pela equipe do CINCATARINA: correção do Plano de Ações Estratégicas e enviar para o município, o qual foi encaminhado corrigido, e verificar com o setor jurídico do CINCATARINA a possibilidade de citar na minuta de lei a dificuldade de executar a sinalização tátil nas calçadas, foi verificado e não será possível, visto que está previsto em lei federal e o CINCATARINA não pode alterar; sendo os próximos passos do município: enviar ao CINCATARINA as considerações referente ao Plano de Ações Estratégicas, as quais não foram enviadas, e um ofício solicitando a paralização dos trabalhos durante o período eleitoral, o qual também não foi enviado, porém, foi feito normalmente a paralização dos trabalhos, sendo retornado agora. O senhor Luiz G. questionou se o município teria mais alguma consideração, caso não tenha mais nenhuma contribuição pode ser prosseguido para a finalização e questionou para a senhora Gesiane H. se precisa ser apresentado em Audiência Pública. A senhora Gesiane H. respondeu que sim, e destacou que não havendo mais nenhuma contribuição,

será encaminhado ao município o Plano de Ações Estratégicas e o Cartograma com as alterações solicitadas nas Rotas Acessíveis, em seguida, estando de acordo o município deve encaminhar o Termo de Aprovação para o CINCATARINA, posteriormente o CINCATARINA enviará para o município a minuta de lei e o município deverá fazer o agendamento e a publicação da data da audiência pública. O senhor Guilherme questionou como será procedido na Audiência Pública, caso alguém faça alguma consideração. A senhora Gesiane H. esclareceu que a equipe do CINCATARINA recebe as contribuições da população e disponibiliza um prazo de mais sete dias para que seja enviado contribuições por e-mail, depois desse prazo as contribuições são reunidas em um relatório técnico e apresentado para o município para avaliar se é pertinente a alteração ou não. Se caso tiver que fazer alterações, elas serão feitas e encaminhadas para aprovação do município e após será encaminhado o material final para sancionar a lei. O senhor Guilherme questionou se caso receber alguma consideração quem avaliará será o município e o CINCATARINA, a senhora Gesiane H. respondeu que sim, que na audiência pública é comentado com a população que as considerações serão recebidas e respondidas no e-mail informado na ficha de contribuição entregue no início da audiência pública. E, estará sempre no site do CINCATARINA as considerações e os documentos realizados para consulta a população. O senhor Luiz G. destacou que serão decisões técnicas que serão avaliadas entre o município e a equipe do CINCATARINA, se as considerações recebidas se aplicam ou não se aplicam. A senhora Gesiane H. apresentou um exemplo de relatório técnico de contribuições recebidas em audiência pública de outro município, mostrando que são transcritas as contribuições recebidas e abaixo é realizado um parecer técnico pela equipe do CINCATARINA, depois esse documento assinado é disponibilizado no site do CINCATARINA. O senhor Guilherme questionou se deve ser publicado no site da prefeitura o Plano de Ações Estratégicas, a senhora Gesiane H. apresentou onde ficam os documentos elaborados no site do CINCATARINA, o senhor Luiz G. destacou que após ser aprovado o Plano de Ações Estratégicas, o documento será publicado no site do CINCATARINA e que poderá ser encaminhado o link para o município divulgar para a população acessar no momento da audiência pública ou que o município pode passar o link do site do CINCATARINA. Ainda comentou que será realizado um banner com o hiperlink do documento será enviado para o município publicar no site da prefeitura. Por fim, não havendo mais dúvidas, a senhora Gesiane H. esclareceu que será enviado ao município a proposta das Rotas Acessíveis atualizadas para o município avaliar se terá mais alguma alteração ou não, e por fim, o município deverá encaminhar ao CINCATARINA o Termo de Aprovação, de acordo com o modelo que será encaminhado pelo CINCATARINA. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada as nove horas e dezoito minutos.

Próximos passos do CINCATARINA:

1 – Fazer a atualização do Caderno de Cartogramas do Plano de Ações Estratégicas, com as modificações definidas.

Próximos passos do município:

1 – Avaliar a atualização do Caderno de Cartogramas do Plano de Ações Estratégicas que será enviado pelo CINCATARINA;

2 – Enviar para a equipe do CINCATARINA o Termo de Aprovação;

3 – Agendar a data da Audiência Pública e publicar no Diário Oficial dos Municípios com quinze dias de antecedência.